

## IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Rita de Cassia Dias Nascimento<sup>1</sup>  
Vaneza Oliveira de Souza<sup>2</sup>  
Maria Florência Dias Bezerra Brasileiro<sup>3</sup>  
Eliana do Sacramento de Almeida<sup>4</sup>  
Carmélia Aparecida Silva Miranda<sup>5</sup>

### RESUMO

Este artigo discute sobre a intersetorialidade entre saúde e educação, através do Programa Saúde na Escola (PSE), como estratégia para pensar as relações étnico-raciais. Foi realizado um levantamento das produções científicas existentes sobre relações e identidades étnico-raciais por meio do referido programa, considerando a possibilidade de adquirir novos conhecimentos sobre as potencialidades do PSE no âmbito dessa temática. O método adotado foi a revisão bibliográfica, através do levantamento de teses e dissertações encontradas nos bancos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Dialogamos ainda, com Botelho(2007), Mohr (2002), Silva e Bodstein (2016), Gomes (2005), Silva (2017), dentre outros autores, além de analisar documentos oficiais sobre o PSE e a intersetorialidade Saúde e Educação. Os resultados evidenciam uma lacuna nas pesquisas que tratam das relações étnico-raciais por meio do Programa Saúde na Escola e o silenciamento diante desse tema nas práticas intersetoriais, conotando a necessidade de maior interação que traga ampliação do escopo de pesquisas que relacionem o Programa Saúde na Escola e a temática da identidade étnico-racial.

**Palavras-chave:** Programa Saúde na Escola, Identidade Étnico-racial, Intersetorialidade.

### INTRODUÇÃO

A interface Saúde e Educação no Brasil apresenta-se atrelada a padrões históricos, sociopolíticos e econômicos nacionais vigentes em cada período histórico, considerando as diversas concepções do termo Saúde. Dessa forma, a educação em saúde surge na escola por meio dos modelos de saúde considerados Higienistas, caracterizados por inspeções sanitárias, autoritárias e voltadas a ações verticalizadas. O modelo biomédico apresentou-se como uma

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade da Univesidade do Estado da Bahia – UNEB – BA. E-mail: nascimentoritadidas@gmail.com;

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade da Univesidade do Estado da Bahia – UNEB - BA, vanessas.rita@hotmail.com;

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade da Univesidade do Estado da Bahia – UNEB – BA, flordias777@gmail.com;

<sup>4</sup> Mestra em Educação e Diversidade - PPED/UNEB-BA, Professora Auxiliar Enfermagem / UNEB. E-mail: elianadosacramento@hotmail.com.

<sup>5</sup> Professora orientadora, Pós Doutora em História, Universidade de Lisboa, Doutora em História Social, PUC, Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – BA. E-mail:cmiranda@uneb.com

medicina especializada e curativa, sendo o uso de espaço escolar para serviços de saúde voltados às ações educativas pontuais descontextualizadas da rede de saúde, o que ainda tem marcado essa intersectorialidade. Posteriormente, emerge uma nova concepção de Saúde caracterizada pelo modelo de Promoção da Saúde com ênfase à contextualização das relações humanas, com bases comunitárias e com respeito à rede intersectorial. O entendimento dos determinantes socioeconômicos e culturais possibilitou novas abordagens no contexto da Educação em Saúde causadas pela ampliação dos modelos de Saúde vigentes no Brasil (GUSTAVO e GALLIETA, 2015; MAINARDI et al., 2013).

Para Mohr (2002), educar em saúde significa ensinar por meio e a partir do tema saúde com o objetivo de mobilizar experiências cotidianas potentes para desenvolver a autonomia de ação e a capacidade cognitiva dos alunos. Conota-se, então, importante espaço de visibilidade e reflexões acerca de construção social, capaz de estimular a autonomia dos cidadãos e problematizar discussões acerca de temas como diversidade de gênero, relações étnico-raciais, diversidade e inclusão, religiões, uso de drogas e outras questões que possam engendrar promoção de saúde e prevenção de doenças e agravos.

Atualmente, o Programa Saúde na Escola (PSE) pode atender essa lacuna, ressaltando a necessidade de ações intersectoriais que visarem a formação integral dos estudantes por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à Saúde. O referido programa foi criado em 2007, por meio da Lei 6.286/07 e legitimado pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), apresenta-se vinculado aos Ministérios da Educação e Saúde com compartilhamento de responsabilidades entre as unidades de Saúde da Família e das unidades escolares. Suas ações perpassam o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, a Promoção de Segurança Alimentar, as Práticas Corporais, a Saúde Ocular, Auditiva e Bucal, o Direito Sexual/Reprodutivo com prevenção às Infecções sexualmente transmissíveis, a prevenção às Drogas, violências e acidentes e, sobretudo, a Promoção de Cultura de Paz e Direitos Humanos (BRASIL, 2018).

Contudo o PSE ainda apresenta práticas verticalizadas e homogeneizadoras, destacando-se por atividades educativas pontuais, desprovidas de possibilidades de reflexão e criticidade entre a comunidade escolar, não impactando nas singularidades da população e na melhoria da qualidade de vida. Para minimizar esse vácuo, eixo de Promoção de Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos fundamenta-se em valores pautados na igualdade, equidade e universalidade, almejados pela maior parte das pessoas, principalmente quanto ao respeito às diversidades sociais, liberdade política e religiosa e equilíbrio ecológico, buscando atuar na superação das desigualdades, sobretudo diante das relações étnico-raciais existentes (BRASIL, 2015).

Nota-se que quanto às relações étnico-raciais, essas ainda persistem permeadas por etnocentrismos, desigualdades, racismos, intolerância, reverberando na negação de direitos e oportunidades a diversos povos no Brasil. Na perspectiva da população negra e quilombola essa conjuntura se torna mais evidente quando se analisa a construção da sociedade e como os negros e brancos são tratados no país. Imersos historicamente nas relações de poder e de dominação política e cultural, percebe-se um silenciamento nessas discussões, perpetuando questões que contribuem para tal desigualdade racial. Portanto, a atuação do Programa Saúde na Escola possibilita tais reflexões nas comunidades escolares.

Nessa perspectiva, buscou-se conhecer as produções científicas existentes que tratam das relações étnico-raciais no Programa Saúde na Escola e assim responder à seguinte questão: Quais pesquisas apontam o PSE como estratégia para a abordagem da identidade étnico-racial? O objetivo deste artigo é conhecer as produções que tratam sobre relações e identidades étnico-raciais por meio do Programa Saúde na Escola. Dessa forma, pretende-se apontar o que se discute a respeito da potencialidade deste Programa no tocante ao eixo de Promoção de Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos na perspectiva da identidade étnico-racial da comunidade escolar.

É imperioso salientar que o presente estudo integra-se à primeira etapa da pesquisa de Mestrado<sup>6</sup> intitulada: *Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros: Identidade étnico-racial no Programa Saúde na Escola – Miguel Calmon-BA*, que propõe conhecer como os saberes populares de saúde podem contribuir para as práticas do Programa Saúde na Escola na perspectiva étnico-racial. Tal recorte, possibilitará uma melhor compreensão acerca dos estudos realizados, identificação das filiações teóricas bem como dos principais resultados. Buscando, assim, fomentar novos estudos quanto às possibilidades de formação e atuação nas questões étnico-raciais.

Para a compreensão das questões pertinentes ao objeto deste artigo, será utilizada uma metodologia pautada na revisão bibliográfica, por meio do levantamento de teses e dissertações no banco CAPES e BDTD, a partir de pesquisas que se aproximam do nosso objeto de estudo. Diante dessa conjuntura, o estudo torna-se relevante no que tange a possibilidade de adquirir novos conhecimentos sobre as potencialidades do Programa Saúde na Escola para a temática da identidade étnico-racial.

---

<sup>6</sup> Programa de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade -MPED - Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, Jacobina-BA. Tal pesquisa é desenvolvida por Rita de Cássia Dias Nascimento sob orientação da professora Carmélia Aparecida Silva Miranda.

## METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado neste trabalho foi a revisão bibliográfica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, que consiste em definir a pergunta, buscar evidências, estabelecer critérios, conduzir e comparar buscas, aplicando diferentes parâmetros, além da análise da qualidade metodológica dos estudos e apresentação de resultados. Portanto, foram coletadas informações no site da CAPES e BDTD, considerando as teses e dissertações publicadas entre 2007 e 2019, com pesquisas que se aproximam do nosso objeto de estudo.

A pesquisa foi realizada entre os dias 20 de junho e 2 de agosto de 2019, foram utilizados na busca os descritores "PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA" e "IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL", ressalta-se ainda o uso das aspas e do operador booleano AND para auxílio neste levantamento. Devido à aproximação dos termos com "SAÚDE NA ESCOLA" e "RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAL", foram realizados mais quatro acessos na base de dados com esses novos descritores e seus cruzamentos.

Os critérios de inclusão foram estudos que agregavam os descritores supracitados, com recorte temporal de 12 anos (2007-2019). A escolha do recorte justifica-se por se tratar de um Programa implantado em 2007. Utilizamos como critérios de inclusão estudos decorrentes de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado, relacionados às áreas de Ciências Humanas, Educação, Saúde e Multidisciplinar, de todo país, que abordassem a temática da identidade étnico-racial e do Programa Saúde na Escola. Assim, os critérios de exclusão compuseram os trabalhos antecedentes ao ano de 2007 e cujas discussões não perpassavam o objetivo deste estudo. Para complementar e restringir os resultados, na busca dos descritores supracitados, foi utilizado para os cruzamentos o operador Booleano AND e os termos foram postos com aspas a fim de qualificar a pesquisa e avaliação dos trabalhos.

## DESENVOLVIMENTO

O Programa Saúde na Escola (PSE) consiste numa Política Interministerial entre Saúde e Educação que busca, além da promoção de Saúde e prevenção de doenças, tratar, sobretudo, da formação de uma escola cidadã no que tange discentes e docentes, enquanto sujeitos de direitos. Segundo Brasil (2018), aponta-se como uma estratégia de fortalecimento e interação das políticas de saúde e educação, abrangendo profissionais das referidas áreas, além da

comunidade escolar. Dessa forma, o PSE conota possibilidades exequíveis de ações intersetoriais que podem promover uma melhor qualidade de vida para o indivíduo e sociedade.

Nesse vértice, o PSE apresenta uma proposta de atividades pautadas em doze eixos, que perpassam o combate ao *Aedes aegypti*, a promoção de práticas corporais e atividades físicas, a alimentação saudável, a prevenção ao uso de drogas, a promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos, bem como ações que abrangem sexualidade, situação vacinal, além de saúde bucal e ocular (BRASIL, 2018).

Diante da amplitude de temas, pondera-se que a rede intersetorial pode não se restringir à Educação e Saúde visto que de cada ação podem emergir necessidades, levando a possível ampliação dessa rede, sobretudo, envolvendo questões sociais. Pode-se dizer, que a intersectorialidade requer uma comunicação efetiva entre os atores para garantir essa inter-relação da saúde, da educação e comunidades. Neste contexto, fica claro a mútua responsabilidade frente ao alcance dos objetivos do PSE. O mais importante é constatar que tais intervenções promovidas por essa pluralidade de conhecimentos e interfaces proporcionam uma intercambialidade de saberes mais dialógicos e contextualizados.

Apesar da concepção de integralidade, o PSE ainda apresenta características verticalizadas e homogeneizadoras sem a devida discussão acerca das especificidades e diversidades regionais, étnicas, de gênero, religiosa, cultural, entre outras. No que tange tais pluralidades, destaca-se a potencialidade deste programa em discussões sobre tolerância, respeito, identidade, busca pela cidadania e dos direitos humanos básicos, bem representado pelo eixo de Promoção de Cidadania, Cultura de Paz e Direitos Humanos.

Cabe, assim, às equipes intersetoriais a compreensão da necessidade dessa articulação de modo que os profissionais, possam trabalhar em parceria a fim de melhorar a efetividade das ações que busquem fomentar discussões e reflexões, que reverbere numa sociedade mais crítica e consciente de seus pertencimentos e de seu papel social. Nesse sentido, um dos aspectos importantes que pode subsidiar as discussões no eixo Promoção de Cidadania, Cultura de Paz e Direitos Humanos do PSE, é a reflexão quanto a diversidade étnico-racial e identidade dos indivíduos, como temas complexos que merecem atenção tanto dos profissionais da saúde quanto da educação, considerando que o processo de construção das identidades é algo complexo, dinâmico e contínuo.

Para Woodward (2014) e Hall (2014), a identidade é definida pela diferença, produzida no âmago de relações de poder e traduzem o desejo de acesso aos bens sociais, por um grupo, de forma privilegiada, hierarquizando os demais grupos, a saber o “outro”, o diferente, o indesejado, o inferior. Nesse vértice, a identidade étnico-racial do povo negro – foco deste

estudo – sofre influências herdadas, embora não determinantes, em sua construção e carrega o olhar de seu grupo étnico-racial ou dos indivíduos que o compõem e sua relação com o outro.

Outro fator a ser considerado, segundo Gomes (2005), é que a elaboração da identidade étnico-racial apresenta não só uma dimensão subjetiva e simbólica, mas perpassa por um sentido político. Ao afirmar politicamente sua identidade étnico-racial o povo negro busca dar visibilidade as suas especificidades, singularidades e as diferentes discussões que a sociedade com seus atores sociais realiza a respeito dessas relações. Contudo, percebe-se que os interesses hegemônicos e dominantes subjagam e silenciam as diferenças e singularidades culturais desse grupo. Esta conjuntura leva muitas vezes a contextos de desigualdades e exiguidades dos direitos fundamentais, como o acesso à saúde, ao cuidado, à vida e à dignidade, ao traduzir as ideias do embranquecimento, favorecendo a conjuntura do genocídio silencioso, fundamentado no preconceito racial.

Portanto, a compreensão dos processos históricos e culturais que produzem imagens e representações sobre a população negra esboça um fator integrante na constituição de suas identidades, assim como na forma como são vistos por outros grupos. Sob essa ótica, o reconhecimento da identidade negra e quilombola promove a luta consciente, muitas vezes fomentada pelos movimentos sociais, por lideranças comunitárias, potencializando a legitimação de sua cidadania representada na valorização das especificidades destes grupos étnicos, de suas ancestralidades e manifestações culturais, fortalecendo a autoestima e sobretudo o respeito às diversidades.

A importância do reconhecimento da identidade étnico-racial enquanto símbolo político, é notória, contudo, essa discussão, por vezes, é relativizada sem contemplar a percepção das especificidades do segmento negro, fortalecendo o mito da democracia racial. Ratifica a necessidade, portanto, da preparação adequada dos profissionais de saúde e educação para que haja a desconstrução da visão eurocêntrica e avaliação crítica do seu contexto, diante das diversidades/diferenças com os quais convivem cotidianamente.

Essa intersetorialidade aponta a possibilidade de (re) conhecimento da legitimidade dos diferentes saberes dos povos negros e quilombolas, possibilitando ações com a intencionalidade de promover a igualdade de acesso e oportunidades, como o livre exercício da cidadania (BOTELHO, 2007). Sob esta ótica, emerge como alternativa de discussão étnico-racial, o PSE que apresenta em um dos seus eixos a Promoção de Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos, buscando dialogar intersetorialmente na garantia dos direitos humanos compartilhada entre os setores da saúde e educação.

O PSE, na perspectiva de abordagem da identidade étnico-racial, apresenta a proposta de fomentar o (re)conhecimento entre os sujeitos e necessita de um olhar diferenciado para esta questão a fim de fortalecer as ações que envolvam a concepção integral da saúde e educação com a proposição de projetos e práticas pedagógicas de educação em saúde, como também políticas públicas que promovam a cidadania, a proteção dos direitos e o envolvimento de todos os atores. Portanto, a melhor maneira de compreender esse processo é considerar que a identidade étnico-racial é construída no entrelaçamento entre aspectos sociais e individuais. Não se trata somente de uma questão fenotípica, no sentido de valorização da corporeidade e estética negra, mas de uma desconstrução das referências negativas produzidas historicamente e a desnaturalização das desigualdades raciais como um percurso para engendrar representações positivas das populações negras (GOMES, 2005).

Sendo assim, aspectos relacionados às identidades étnico-raciais constituem uma vertente que deve ser discutida nos mais diversos âmbitos sociais, sobretudo na área da educação e saúde. A partir da articulação intersetorial do PSE, na perspectiva do eixo de Cultura e Paz, Cidadania e Direitos Humanos é possível instituir um processo de reeducação do olhar sobre o povo negro que vai além da proposta de debater sobre discriminação e situações socioeconômicas, abrangendo também a reflexão e problematização das questões raciais. Portanto, a intersetorialidade é um meio factível de favorecer a problematização das relações étnico-raciais no âmbito da saúde e educação, ascensão da autoestima por meio do acesso com qualidade à saúde e educação e desconstrução de estereótipos, contribuindo para a equidade e o respeito na garantia dos seus direitos e plena cidadania.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do mapeamento realizado nos bancos de teses e dissertações da CAPES e BDTD, resultou-se em 1 estudo que se repetia ao longo das buscas com outros descritores, conforme evidenciado no Quadro 1.

**Quadro 1** – Relação de Trabalhos encontrados por descritores

Descritores	CAPES	CAPES com filtro	BDTD	BDTD com filtro	Selecionados
“Identidade étnico-racial”	76	55	42	38	01*
“Programa Saúde na Escola”	192	184	76	76	01*
“Relação étnico-racial”	04	04	02	02	-----
“Saúde na Escola”	384	335	608	608	01*
“Identidade étnico-racial” AND “Programa Saúde na Escola”	01	01	00	00	01*

“Identidade étnico-racial” AND “Saúde na Escola”	01	01	00	00	01*
“Relação étnico-racial” AND “Programa Saúde na Escola”	00	00	00	00	-----
“Relação étnico-racial” AND “Saúde na Escola”	00	00	00	00	-----
<b>TOTAL: 1 Resultado selecionado. Repetição do estudo em diversas buscas.</b>					

Fonte: Autoras (2019).

Verificou-se que, após a busca e cruzamentos dos descritores, com auxílio do operador booleano (AND), encontrou-se o mesmo estudo que se fazia presente em diversas modalidades de rastreio. O estudo intitulado *ENTRE SILÊNCIO E DIZERES: a construção da identidade negra na Educação Infantil*, de autoria de Anna Clea Ferreira Dias, foi resultado de uma Dissertação Programa de Ciências da Saúde e Biológicas, da Universidade Federal do Vale do São Francisco. A supracitada pesquisa propôs uma análise sobre as possibilidades da temática racial na Educação Infantil, em uma escola municipal em Petrolina e de que modo esta inserção pode influenciar na construção da identidade racial para as crianças negras, apontando como o Programa Saúde na Escola pode potencializar o debate sobre as questões raciais.

A proposta metodológica perpassou a abordagem qualitativa com o método cartográfico e uso de múltiplos dispositivos, a exemplo dos registros em diários de campo bem como as gravações das Rodas Narrativas. Em suma, concluiu que há um silenciamento acerca de situações de preconceito que impossibilitam, na maioria das vezes, práticas de empoderamento que deve favorecer as crianças negras a construir uma identidade racial positiva. Marca-se que durante todo o estudo, o Programa Saúde na Escola foi potencializador fundamental nas ações propostas.

Observou-se, ainda, nas buscas realizadas, estudos que incorporam a identidade e a relação étnico-racial no âmbito da Educação, contudo sem o comprometimento intersetorial da área da Saúde materializada por meio do Programa Saúde na Escola. Santos (2017), em sua dissertação intitulada *As ações do Programa Saúde na Escola na perspectiva dos profissionais da saúde e da educação*, aponta a ausência de articulação entre a escola e a unidade básica de saúde para execução das ações do PSE. Em buscas realizadas na área de Ciências da Saúde não foram encontrados estudos voltados para discussões sobre identidade étnico-racial, evidenciando a relação de invisibilização de estudos dessa temática e ações do PSE, as quais acabam priorizando ações de prevenções e de campo assistencial, conotando a visão positivista e biomédica sem o olhar holístico para temáticas que ressaltem a subjetividade e proposições que tratem de Cidadania, Cultura de Paz e Direitos Humanos.



O escasso resultado sobre estudos referentes a esta temática, Saúde Escolar e Identidade Étnico-racial, pode estar relacionado ao fato de que há uma aceitação da teoria da democracia racial que leva a acreditar que inexistem conflitos em relação à diversidade étnico-racial, e ainda que, no contexto da Educação, não se considera o Programa Saúde na Escola como de competência intersetorial, mas como ação de responsabilidade exclusiva do setor da saúde.

A partir da aproximação com a escola, por meio do PSE, a profissional de saúde conseguiu estabelecer um vínculo com a instituição, propondo situações onde eram problematizadas questões como corpo, cabelo, preconceitos, estereótipos expressos em discursos de alunos, familiares, profissionais de saúde e professores, além de materiais como livros de literatura, projeto político pedagógico da escola que silenciavam diante da presença dos estudantes negros. As intervenções propostas pela psicóloga tinham o objetivo de construir novos olhares para/pelos estudantes negros, melhorando sua autoestima, contribuindo para a construção de identidades positivas sobre si e seu grupo.

Em seu texto, a autora se debruça sobre a potencialidade da intersetorialidade Saúde e Escola e descreve as pistas da construção do seu trabalho frente a essa parceria, explicitando muitos resultados positivos da intervenção, evidenciados por meio dos desenhos das crianças que revelaram sentimentos de valorização de suas características físicas, acompanhadas de melhoras na autoestima e rendimento escolar.

Cabe ressaltar que a efetivação da pesquisa acerca desse tema, pouco explorado, resulta da implicação de uma pesquisadora mulher, negra e nordestina, contextos estes que destacam o envolvimento profundo da pesquisadora acerca do seu olhar para a realidade e o quanto se permite, por meio da pesquisa engajada, engendrar processos formativos e autoformativos, premissas do método cartográfico. Observa-se uma intensa implicação pessoal da pesquisadora, que explicita essa característica nos textos produzidos, deixando claro que, no processo de investigação, a pesquisadora e participantes analisam os dados e são analisados, afetam e são afetados, contínua e simultaneamente por meio do mapeamento e análise das falas, discursos, narrativas, observações (SILVA et al., 2018; PIMENTA, 2018). Esse processo ganha sentido nas falas de Deleuze e Guatarri (1997), quando afirmam que a cartografia possibilita um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), próprios deste método, favorecidos pelos constantes movimentos de deslocamento dos sujeitos cartografados.

O contexto da autoria feminina, corrobora a premissa de que há um movimento crescente de visibilidade e incremento na produção acadêmica pelas mulheres, reverberando em aumento de pesquisas nos níveis de graduação e pós-graduação. Contudo, no que tange ao aspecto étnico-racial ainda que haja um acréscimo nas produções acadêmicas, prevalece a

necessidade de políticas pautadas na equidade de gênero e raça, visando explicitar questões encobertas por discursos meritocráticos da cultura científica que transformam problemas estruturais em individuais. Portanto, espera-se um crescimento na visibilidade das produções de intelectuais negros, mulheres e mulheres negras visto que são pautas permanentes das lutas do movimento negro, feminista e feminista negro pela inserção de suas produções na graduação e pós-graduação, entre outros (LIMA et al., 2015; ARTES; CHALCO, 2017).

Defendida em 2017, a pesquisa da autora Anna Clea Ferreira Dias é fruto de uma instituição pública – Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), ratificando, assim, a importância de pesquisas provenientes destas entidades que retratam compromisso tanto com a produção do conhecimento, quanto com os processos do comprometimento social e engajado às estruturas cognitivo-emocionais dos participantes.

Ainda nesta pesquisa, o ponto forte que dialoga intimamente com o estudo da dissertação *Comunidade Quilombola de Mucambo dos Negros: Identidade étnico-racial no Programa Saúde na Escola – Miguel Calmon-BA*, se refere à percepção de um forte aliado, o PSE, nas ações de reconhecimento cultural e de identidades, na valorização e respeito às diferenças, no trato com a diversidade e igualdade racial, bem como no combate ao racismo, preconceito e discriminação, visando a Promoção da Cidadania e Direitos Humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale destacar, levando-se em consideração os aspectos apresentados, a escassez de pesquisas que analisam o Programa Saúde na Escola na perspectiva das questões étnico-raciais, que podem evidenciar pouca tradição na parceria intersetorial entre saúde e educação, revelando a necessidade de tensionar esse debate a fim de instigar profissionais das duas áreas, a (re)pensarem alternativas para um trabalho realizado a várias mãos, de forma integrada e colaborativa.

Essa realidade nos faz refletir, também, que ainda prevalecem os silenciamentos no que diz respeito às questões étnico-raciais, tanto no âmbito da saúde quanto da educação, seja por falta de conhecimento ou pelos preconceitos produzidos socialmente, que invisibilizam as necessidades das pessoas negras tanto no que se refere às questões de saúde como de educação, trabalho, segurança e lazer, requisitos mínimos para uma vida com dignidade. Tais aspectos não se distanciam das questões identitárias, uma vez que as identidades individuais e coletivas são atravessadas pelas relações de poder estabelecidas sócio, histórico, culturalmente, produzindo significados do que somos como pessoa e coletividade.

Apesar das lacunas nas investigações sobre estes temas, consideramos a relevância da pesquisa selecionada em diversos contextos. Para o pesquisador, engendra-se deslocamentos e olhares caleidoscópicos acerca da temática, diante do contexto vivenciado, reverberando em um processo de autoformação que impacta diretamente na qualificação profissional e na melhoria da assistência profissional. No que tange a relevância acadêmica, a partir de estudos similares, há a possibilidade de suscitar novas pesquisas e novos saberes. Já no que tange a relevância social, por ser um estudo engajado e interventivo, proporciona o fortalecimento das redes intersetoriais na formação de cidadão críticos e conscientes e na expansão de discussões acerca da Promoção de Cidadania e Direitos Humanos na perspectiva étnico-racial.

Em suma, sinaliza-se a necessidade de investimentos em novas pesquisas que tratem das questões étnico-raciais e Rede Intersetorial, evidenciando-se, portanto, o mérito do tema para o desenvolvimento da pesquisa, cuja revisão bibliográfica trouxe novas compreensões acerca da temática explicitada.

## REFERÊNCIAS

ARTES, Amélia; CHALCO, Jesús Mena. Expansão da temática relações raciais no banco de dados de teses e dissertações da Capes. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1221-1238, out./dez., 2017. Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/2017nahead/1517-9702-ep-S1517-9702201702152528.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

BOTELHO, Denise. Lei nº 10. 639/2003 Educação quilombola inclusão educacional e população negra brasileira. *In*: Brasil, Ministério da Educação - Salto para o Futuro. Educação Quilombola. **Boletim 10**. p.15. jun. 2007. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf>. Acesso em: 5 set. 2018.

BRASIL, Ministério de Saúde. **Caderno temático** - Direitos Humanos. Versão Preliminar. Programa Saúde na Escola. Brasília/ DF, 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Documento norteador**: iIndicadores e padrões de avaliação – PSE Ciclo 2017/2018. Brasília/ DF, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, F. **Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Peter PálPelbart e Janice Mil platôs Caiafa. São Paulo: Ed. 34, v. 5, 1997.

DIAS, Anna Clea Ferreira. **Entre silêncio e dizeres**: a construção da identidade negra na educação infantil. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde e Biológicas) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina-PE, 2017.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GUSTAVO, L.; GALIETA, T. Da Saúde de ontem à saúde de hoje: a formação de professores desde a história natural às ciências biológicas no Brasil. **Rev. Educ. Cie. Tec.**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 197 - 221, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1982-5153.2017v10n2p197>. Acesso em: 12 fev. 2019.

LIMA, Betina Stefanello; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 1, p. 11-31, 2. sem., 2015.

MAINARDI, N.; PEREIRA, I. M. T. B.; PELICIONI, M. C. F. Educação e saúde na modernidade e pós-modernidade: um resgate da história. **Rev. Extensão em Foco**, n. 8, 2013.

MOHR, A. **A natureza da educação em saúde no ensino fundamental e os professores de ciências.** 2002. Disponível em: [https://sites.usp.br/nupic/wpcontent/uploads/sites/293/2016/05/Tese\\_ADRIANA\\_MOHR.pdf](https://sites.usp.br/nupic/wpcontent/uploads/sites/293/2016/05/Tese_ADRIANA_MOHR.pdf). Acesso em: 22 jun. 2019.

PIMENTA, Selma Garrido. Introdução. In: FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Pesquisas em educação:** A pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas, v. 4. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

SANTOS, Lucia de Fátima da Silva. **As ações do programa saúde na escola na perspectiva dos profissionais da saúde e da educação.** 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde e Comunidade) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

SILVA, Ana Lúcia Gomes; COSTA, Váldina Gonçalves da; PEREIRA, Diego Carlos. Formação de professores/as pesquisadores/as: contribuições e implicações do método cartográfico para a pesquisa em educação. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, UnilaSalle Editora, Canoas, v. 23, n. 2, p. 13-27, jul. 2018.

SILVA, Carlos dos Santos; BODSTEIN, Regina Cele de Andrade. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em promoção da saúde na escola. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1777-1788, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n6/1413-8123-csc-21-06-1777.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2019.

WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.